



Sete desafios para o progresso sustentável

Integrante da rede *GlobeScan* de institutos de pesquisas especializados em temas de sustentabilidade, a *Market Analysis* sintetiza as principais conclusões do diagnóstico feito em parceria com a consultoria britânica *SustainAbility*, a partir de estudo realizado em mais de 20 países

O ano da Rio+20 está se encerrando. Com isso, o olhar volta-se para os próximos tempos e o natural balanço sobre as lições aprendidas, a agenda pendente e o caminho a se trilhar para chegar mais perto do modelo almejado de sustentabilidade. Para mapear esse enorme terreno à frente, a referida pesquisa, realizada com mais de 1,6 mil *experts* no tema e cerca de 25 mil cidadãos, em mais de 20 países, fornece dados relevantes.

Uma das evidências dignas de destaque é o fato de que especialistas e cidadãos repreendem com ênfase os governos nacionais pelo desempenho pobre das últimas décadas na agenda da sustentabilidade. Contudo, essa visão crítica não evita que o público ainda veja as autoridades políticas de cada país como as lideranças naturais do processo. Até quando a percepção dos resultados poderá se distanciar das expectativas, antes de desistir de responsabilizar os governos por um novo modelo ou cair no ceticismo? Quais decisões deverão tomar as lideranças que se vislumbram no setor privado e terceiro setor diante do aparente vácuo de comando nos governos? Pode a crescente sinergia

entre ONGs e corporações — inimigas até 10 ou 20 anos atrás e hoje principais parceiras em várias iniciativas pela sustentabilidade — tornar-se uma força suficiente para moldar um novo modelo de progresso viável para todos?

Sete grandes perspectivas se destacam nas consultas realizadas. Não são respostas às perguntas anteriores, mas servem para entender como fechar o ano da Rio+20 sem dar por encerrado o debate sobre o modelo desejável de sustentabilidade.

DESAFIO 1: O PROGRESSO SUSTENTÁVEL TEM SIDO PARCIAL, DESIGUAL E CONTRADITÓRIO

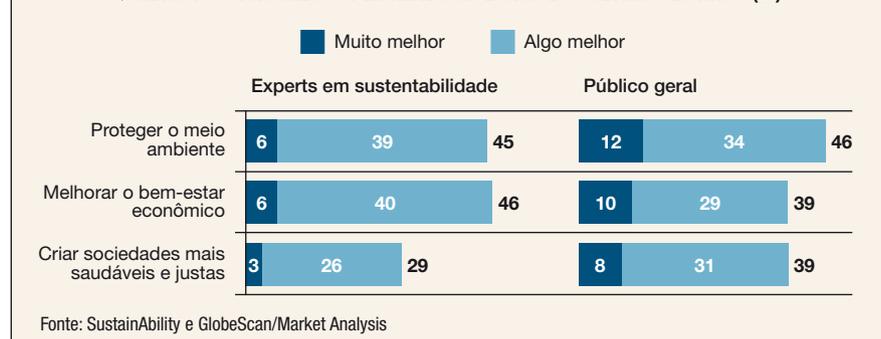
Especialistas e o público geral encontram-se divididos quanto às conquistas alcançadas 20 anos depois de iniciado o grande debate sobre desenvolvimento sustentável. Menos da metade deles enxerga um progresso sólido nos pilares ambiental e econômico, e a grande maioria tem sérias reservas quanto aos avanços ocorridos no social. De forma muito clara, a mensagem de muitos é que há uma grande dívida pendente por maior justiça social.

As percepções de uma parcela importante dos pesquisados, contudo,

são favoráveis, e alguns passos objetivos tomados por empresas e governos, por exemplo, ajudam a compor essa leitura mais benevolente, especialmente no que tange às melhorias no meio ambiente. A maior eficiência energética, a ampliação dos processos de reciclagem e reaproveitamento dos resíduos e a menor pegada em termos de emissões de carbono ao longo da cadeia produtiva no mundo corporativo deixaram de ser exceção e se tornaram práticas *mainstream* do universo empresarial ao redor do planeta. Impulsionados por convicção ou por economia, essas modalidades amigáveis ao meio ambiente no âmbito do mercado contagiaram os consumidores, na sua respectiva escala, motivando — por exemplo — comportamentos de uso responsável dos recursos domésticos.

Por sua vez, nações poluidoras viram seus governos assumirem compromissos inéditos: os EUA admitiram aderir às metas de redução de gases de efeito estufa em Copenhague, a China está mudando de forma importante sua matriz energética para fontes limpas e renováveis, o Brasil sinalizou uma política de redução do desmatamento para atingir os 80%, em 2020. É verdade que tais

QUADRO 1 – O PROGRESSO PERCEBIDO AO LONGO DOS ÚLTIMOS 20 ANOS (%)



medidas precisariam ser mais intensas e rápidas e que promessas costumam ficar a certa distância da realidade, mas elas acabam obrigando os políticos a se aproximarem dos acordos feitos. E só isso já impede uma leitura mais cética, quando não abertamente crítica.

A evolução nos níveis de bem-estar econômico é o segundo aspecto melhor avaliado — em especial entre os países emergentes. O estabelecimento das oito Metas do Milênio no ano 2000 é identificado como incentivador de um esforço coletivo em favor da inclusão, erradicação da pobreza e acesso à educação, entre outros objetivos. Fruto de uma combinação de expansão econômica com esforços articulados para atingir tais metas, o percentual de pessoas vivendo abaixo da linha da pobreza no mundo caiu quase pela metade em duas décadas: de 43%, em 1990, para 24%, em 2008. Só na África Subsaariana, 31 milhões de meninas tiveram acesso à educação de primeiro grau, desde 1999.¹

Tais avanços, no entanto, têm sido ofuscados pelas disparidades sociais e crises de origem econômica e ambiental, que resultaram em recessão e desemprego, quebra de safras e inflação nos preços dos alimentos. Tanto a opinião pública mundial quanto os *experts* em sustentabilidade acreditam que ainda há um longo caminho a ser percorrido até a consolidação de sociedades mais saudáveis e equitativas. Poucos números sintetizam tão bem esse desafio quanto o resultado de um estudo do **World Institute for Development Economics Research**, das **Nações Unidas**, o qual aponta que 1% dos mais ricos entre a população adulta possui 40% da riqueza mundial — um percentual maior do que aqueles que detêm os 95% menos ricos do planeta!²

DESAFIO 2: A FALTA DE VONTADE POLÍTICA E OUTRAS BARREIRAS

O que impede a conquista de resultados mais sustentáveis? Os peritos consultados apontam principalmente uma falta de vontade política no enfrentamento de obstáculos para impulsionar a agenda global da sustentabilidade.

Por que nossos representantes e autoridades políticas não se tornaram os líderes do tema nas sociedades? Se é verdade que o ciclo eleitoral privilegia o curto prazo diante do imperativo de longo prazo das metas sustentáveis, também é certo que as plataformas dos governos democraticamente eleitos refletem de uma forma ou outra as prioridades do eleitorado. Ou seja, a responsabilidade pela inação é, até certo ponto, consentida por parte dos eleitores. Por outro lado, as próprias empresas vivem pautadas pelo curto prazo numa intensidade bem maior e, no entanto, muitas delas têm liderado o movimento pela economia verde. Por que os políticos não têm usado isso como inspiração para atuações mais responsáveis?

Na visão dos especialistas, uma segunda barreira-chave são os interesses pessoais envolvidos na formulação de decisões (ou omissões) que lidem com temas da agenda da sustentabilidade. Existem alguns conflitos óbvios.

Para o consumidor, que, após anos de consumo reprimido, passa a ter renda suficiente para esbanjar com a oferta do mercado, embora seu consumo possa ser ruim para a saúde, o *habitat* e até o próprio bolso. Para os partidos políticos, que devem decidir entre proteger reservas florestais sem eleitores ou ceder à pressão de corporações capazes de patrocinar suas futuras campanhas. Para as pequenas e médias empresas, que, para não sucumbirem diante dos impostos e da concorrência, subfaturam ou descumprem a legislação trabalhista.

Mas tudo piora quando diferentes interesses convergem em favor da inação e, naturalmente, agravam ainda mais a possibilidade de avançar rumo ao desenvolvimento sustentável. Exemplos abundam a partir da crise de 2008. Em momentos de recessão, governos e empresas buscam minimizar a perda de receitas ao ponto de lançar mão de planos de estímulo às compras, sem contrapartidas ambientais ou sociais. O caso do IPI zero no setor automotivo, desvinculado da exigência de motores menos poluentes, investimentos em carros elétricos ou congelamento das demissões é emblemático. Fica claro que, quando um em cada dois adultos está sem emprego (como na Espanha), ou o modelo econômico gera fortes críticas e poucos

QUADRO 2 – BARREIRAS PERCEBIDAS PARA O AVANÇO DA AGENDA 21
Opinião dos experts, 2012 (%)



Fonte: SustainAbility e GlobeScan/Market Analysis

¹ UIS/UNESCO Fact Sheet, vol. 18, Junho 2012

² Davies, James, Susanna Sandström, Anthony Shorrocks e Edward N. Wolff. "The World Distribution of Household Wealth." Discussion Paper No. 2008/03. UNU-WIDER.

resultados (como nos EUA e Europa), e, ainda, quando os motores da economia mundial desaceleram (China e Índia), persuadir os investidores a apostar numa agenda verde é uma tarefa ingrata.

Muito além das agendas setoriais, os especialistas reconhecem que a própria natureza complexa dos temas é um obstáculo. As questões de sustentabilidade apresentam uma característica sistêmica e, portanto, exigem uma compreensão profunda, ancorada em provas científicas. Da mesma forma, para o debate progredir, é preciso um conhecimento dos diferentes pontos de equilíbrio possíveis, seus custos e benefícios, determinantes e implicações de curto e longo prazo. É o caso da política das mudanças climáticas. Com tantas dimensões, argumentos e evidências em jogo, desestimula-se o engajamento de atores-chave. Se não, como entender que o aquecimento global tenha ficado de fora dos sete tópicos considerados como críticos nos documentos principais da Rio+20?

O fracasso dos mercados em identificar os riscos futuros e os incentivos financeiros errados para construir uma economia verde e lidar com a atual crise completam os cinco principais obstáculos aos olhos dos especialistas. Um artigo da revista *Fast Company*, de 2011, serve como ilustração: nele aponta-se que menos de 2% dos usuários da plataforma financeira Bloomberg procuraram por informação sobre práticas de governança ambiental e social na hora de selecionar alvos de investimento.³ Em síntese, a vasta maioria dos agentes de mercado ainda não entende (ou pouco se interessa em entender) a conexão entre o desempenho em sustentabilidade e o comportamento dos negócios e sua lucratividade.

Os resultados transparecem um contraponto importante: somente 4% dos entrevistados apontam deficiências da

tecnologia como barreira para o sucesso do modelo sustentável. De igual forma, apenas uma minoria indica que o que esteja travando o progresso seja a falta de informação: só 13% culpam a ausência de conhecimentos. As limitações não têm sua origem, portanto, em déficits de capacidades técnicas, mas sim em déficits de liderança política. Pode-se afirmar, portanto, que, hoje, o recurso mais escasso rumo a um futuro sustentável é a liderança.

DESAFIO 3: QUEM LIDERA E QUEM DEVERIA LIDERAR?

A pesquisa revela um claro vazio de lideranças institucionais. Uma explicação pode estar no caráter altamente técnico, bloqueando o florescer de um espírito de mobilização atrelado à consecução de um objetivo global, como o desenvolvimento sustentável — embora referências variadas tenham surgido ao longo dos últimos anos: de Al Gore até o movimento *Occupy Wall Street*; de Marina Silva a Wangari Maathai e Muhammad Yunus. Seja como for, aqueles agentes de quem habitualmente se espera a iniciativa (governos nacionais, organismos

multilaterais, setor privado, Nações Unidas) não parecem ter preenchido as expectativas. De fato, para os *experts* consultados, os governos nacionais são os que pior se saíram na tarefa de colocar em marcha uma proposta de sustentabilidade — opinião compartilhada pelo grande público.

Quem aparece à frente como modelo inspirador de atuação? As organizações não governamentais da sociedade civil, os empreendedores sociais e as iniciativas independentes de cidadãos mobilizando a população geral surgem claramente como exemplos de atuação. É a consagração do modelo *bottom-up*, nascido das bases da sociedade, partidário da inclusão e da inovação, e percebido como mais transparente e ágil para obter resultados sustentáveis. Em perspectiva, é chamativo o contraste entre a autoridade e os recursos que governos, organismos multilaterais e instituições financeiras têm e a baixa eficácia de ação por eles apresentada. A crítica a uma abordagem *top-down* não poderia ser mais nítida.

Apesar da avaliação adversa, os governos nacionais continuam concentrando

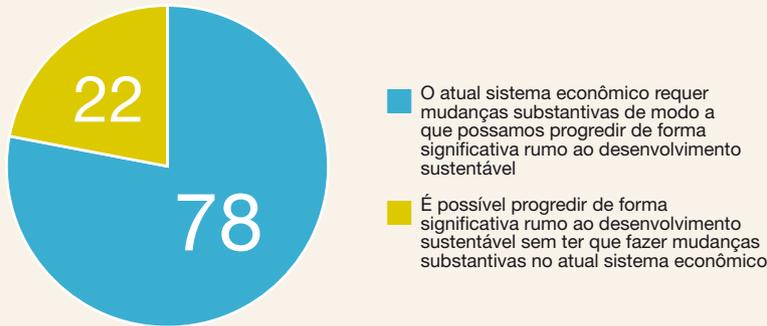
QUADRO 3 – CONTRIBUIÇÃO AO PROGRESSO DA AGENDA SUSTENTÁVEL
Opinião dos experts, 2012 (%)



Obs: O espaço branco representa respostas neutras, falta de informação ou do tipo "depende".
Fonte: SustainAbility e GlobeScan/Market Analysis

3 Tullis, Paul. *Bloomberg's Push for Corporate Sustainability*. *Fast Company*. Abril 1, 2011.

QUADRO 4 – EXPECTATIVAS SOBRE O SISTEMA ECONÔMICO
Opinião dos experts, 2012 (%)



Fonte: SustainAbility e GlobeScan/Market Analysis

as esperanças do público informado de se tornarem a vanguarda da transição rumo à sustentabilidade. Mais do que teimosia, o que emerge é um julgamento cívico de que o monopólio da representação e o exercício do poder político, que continua em mãos das instituições políticas, exige a obrigação por assimilar as grandes responsabilidades do momento.

DESAFIO 4: MUITO ALÉM DA REFORMA DO SISTEMA

Os especialistas em sustentabilidade acreditam que nosso atual sistema econômico precisa de mudanças importantes para viabilizar o progresso. Quase oito em cada dez (78%) entendem que já não se trata de pequenos ajustes no modelo, e, sim, de transformações radicais.

De fato, diversas opções foram discutidas na Rio+20, tais como monetizar a biodiversidade, atrelar a noção de desenvolvimento à conquista de bem-estar antes do que às variações de acumulação de riquezas e eliminar subsídios aos combustíveis fósseis. Várias empresas já estão se antecipando a essas mudanças. Algumas, por exemplo, calculando o impacto relativo das suas emissões e seu consumo de água e energia ao longo da cadeia produtiva. Outras passaram a adotar metas que reformulam seu modelo de negócios, apostando na locação e compartilhamento de serviços mais do

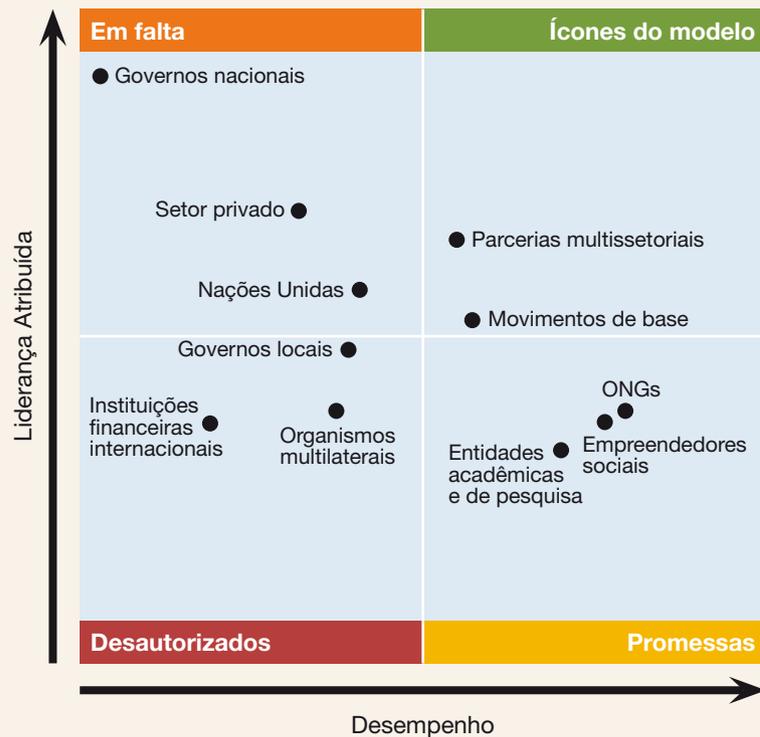
que na venda de produtos. O comum a todas essas iniciativas é a crença de que uma organização sustentável é mais lucrativa e melhor sucedida do que aquelas que não adotam essa postura.

DESAFIO 5: COLABORAÇÃO COMO MODELO DE SUCESSO

Um futuro favorável dependerá, em grande medida, das parcerias *multistakeholders*, ferramenta vital para o desenho de soluções diante dos complexos desafios do desenvolvimento sustentável. Vale lembrar a convocação feita pelo secretário-geral da ONU, Ban Ki-moon, em Davos, quase um ano atrás: “Vamos juntos derrubar os muros. Os muros entre a agenda do desenvolvimento e a agenda do clima. Entre a segurança global e sustentabilidade mundial. Essa é a base para os bons negócios e para a boa política e é o que é bom para a sociedade como um todo.”

A sociedade civil, bem avaliada no seu engajamento com a proposta de sustentabilidade, continuará tendo um papel crítico. A vasta maioria dos *experts*

QUADRO 5 – ATORES DA AGENDA SUSTENTÁVEL: LIDERANÇA ATRIBUÍDA E DESEMPENHO PERCEBIDO
Opinião dos experts, 2012



Fonte: SustainAbility e GlobeScan/Market Analysis

consultados (82%) concorda que as ONGs podem ser um dos agentes mais eficientes e efetivos em mobilizar o conjunto da sociedade nessa direção, se trabalharem em parceria com o mundo corporativo — em vez da oposição. Por sua vez, o setor privado poderia realizar o máximo do seu potencial como agente da transição para uma economia verde e responsável se trabalhasse junto com os governos para definir regras do jogo favoráveis a um novo equilíbrio sustentável.

As parcerias *multistakeholders* surgem, portanto, como ícones do modelo a construir, já que a elas reputam-se um caráter de vanguarda indiscutível e uma eficácia bem superior à de propostas alternativas.

A chamada à colaboração é nítida. Não fica tão claro, entretanto, como essas parcerias multissetoriais serão conduzidas. De fato, sem contar com uma liderança singular ou um mecanismo de regulação, a convergência dos vários setores pode perder força e propósito.

DESAFIO 6: A REVISÃO DO CONCEITO DE SUCESSO EMPRESARIAL

O aumento de oportunidades e obrigações para o setor privado no futuro é consenso. Contudo, até pouco tempo atrás, a atitude predominante diante da proposta de desenvolvimento sustentável passava pela apatia ou pela franca oposição. Na medida em que as

multinacionais ganharam maior peso, com cadeias produtivas globais e poder econômico superior ao dos próprios Estados, as exigências se multiplicaram. Qual é a guia de atuação mais favorável na visão dos *experts*?

Para início de conversa, as grandes empresas poderiam forjar colaborações e parcerias em vez de ficar esperando que a pressão da sociedade ou a regulação do governo indiquem qual papel devem desempenhar. Não valem quaisquer parcerias, mas sim aquelas que engajem as corporações de forma integral e estratégica nos grandes desafios da Agenda 21, ouvindo e incluindo os diferentes *stakeholders*. Oportunidades promissoras existem na cadeia de valor, com agentes que não ameacem a posição relativa da empresa ou como parte de ações programáticas do setor via entidades representativas de classe.

Em segundo lugar, o mundo corporativo deveria aperfeiçoar seu desempenho em sustentabilidade com o mesmo rigor com o qual persegue a lucratividade ou a inovação. Não há dúvidas sobre os ganhos em ecoeficiência do setor privado nas últimas décadas, por meio da inovação tecnológica. De fato, essas iniciativas costumam ser o passo inicial de várias empresas rumo à sustentabilidade, mas precisam se tornar parte de objetivos absolutos e estratégicos. Os gestores do novo milênio devem

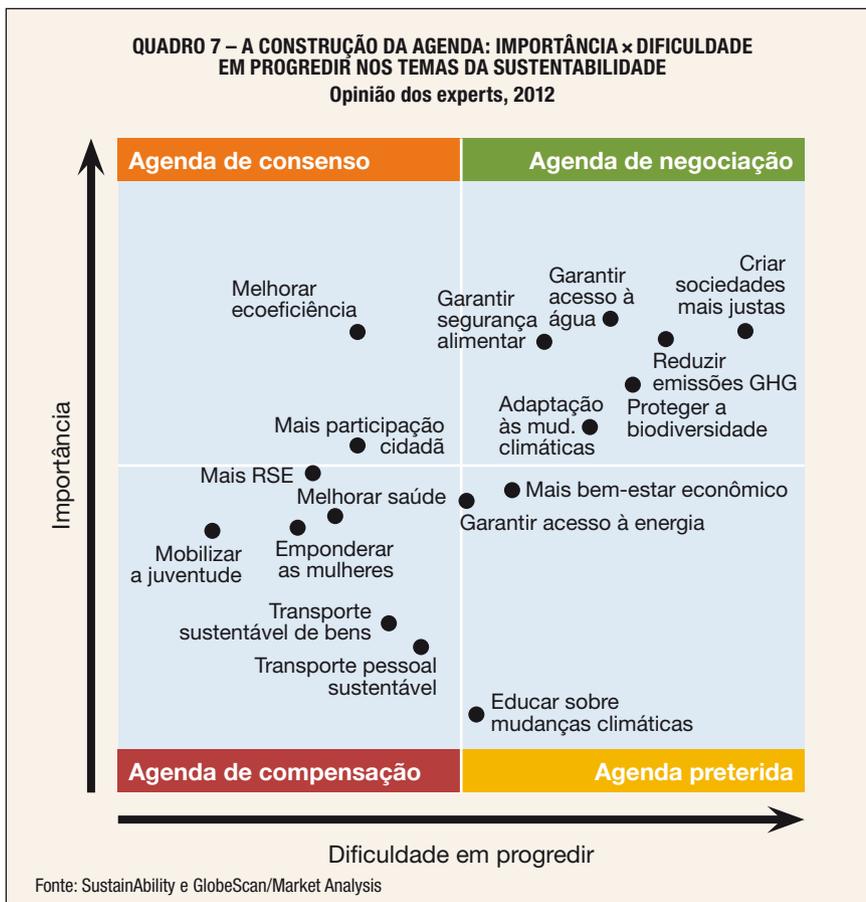
reconhecer as oportunidades hoje existentes no endereçamento das necessidades sociais e econômicas mal atendidas pelo mercado, do mesmo jeito que vêm fazendo com as urgências ambientais.

DESAFIO 7: O FIM DA ERA DOS GANHOS FÁCEIS

Quando pedimos aos peritos que hierarquizem os principais desafios de sustentabilidade nos próximos cinco anos, o que surge como prioridade são ações de desenvolvimento social e ambiental. Criar sociedades mais justas, garantir condições de vida seguras, defender o meio ambiente e buscar mitigação das consequências de não tê-lo feito até agora aparecem como urgências. A menção dessas prioridades é coerente com as impressões de resultados fracos obtidos pelas grandes instituições. Infelizmente, são também os temas percebidos como mais difíceis de avançar, o que faz deles o foco principal de qualquer negociação *multistakeholder*.

Os temas com mais facilidade de progresso têm a ver com a inclusão ativa de novos atores (jovens e mulheres, por exemplo), a promoção de um engajamento mais amplo entre atores tradicionais (cidadãos em geral e corporações) e melhorias pontuais (saúde, mobilidade e tecnologias ecoeficientes). Entretanto, nem todos esses temas são percebidos como importantes. Pior ainda: há uma tendência a avaliar como menos importantes as questões mais fáceis de prosperar, correndo-se o risco de atrair as atuais lideranças para o conformismo com uma agenda compensatória antes que ancorada nas urgências relevantes. As vitórias tranquilas simplesmente não existem. A atual realidade está repleta de desafios: os temas mais críticos — justiça climática, social e ambiental — são os mais difíceis de lidar e construir consensos. O progresso sustentável, para ser efetivo, exigirá um esforço concentrado de compromissos multissetoriais para equacionar assuntos polêmicos.





PRÓXIMOS PASSOS

Há anos a boa ciência vem indicando a necessidade de agir com urgência, mas a política e a prática institucional lidam com prazos bem mais alongados. A Rio+20 concluiu-se com metas declaratórias para daqui a 10 anos. Representações empresariais, como o **World Business Council for Sustainable Development**, cobram resultados até 2050. É claro que objetivos ambiciosos de longo prazo são pertinentes, mas eles podem distrair-se da necessidade de ação imediata, algo que — de fato — já aconteceu no passado recente com o Protocolo de Kyoto e outras iniciativas, gerando frustração. A missão é — em definitivo — a de encarar os anos turbulentos que vêm pela frente. Anos que irão se caracterizar por saltos tecnológicos formidáveis e também mais calamidades climáticas; ganhos em eficiência

e crescente colapso das megacidades, como São Paulo ou Rio de Janeiro; políticas bem-sucedidas de economia verde e contínua degradação ambiental com desmatamento, mudanças radicais nos padrões de consumo e descarte de bens e *boom* da demanda pelos nove bilhões de seres humanos povoando o planeta até 2050. Diante desse quadro, a mensagem dos *experts* e do público geral pela ação proativa, em parcerias e revisando-se os modelos de atuação que hoje geram decepção com governos e outras entidades, precisa ser ouvida. ■

A **Market Analysis** é um instituto de pesquisas especializado em sustentabilidade e responsabilidade social, parceiro de **Ideia Sustentável** na produção de conteúdos para os Dossiês e análises de tendências, bem como na realização de pesquisas customizadas e gestão de conhecimento para empresas clientes.



NA CABECEIRA



EM DIA COM AS NORMAS

Se, nos dias de hoje, uma empresa ainda deixa de, ao menos, discutir o tema da responsabilidade social corporativa e sua inserção na estratégia do negócio, já pode ser tarde para garantir um lugar no mercado em um futuro próximo. Quando se observa um movimento mundial em torno do tema, ignorá-lo, então pode até ser uma ousadia, mas certamente irresponsável.

Incontáveis são as iniciativas de companhias, institutos, ONGs e outras organizações no sentido de promover um melhor relacionamento entre sua atuação e a sociedade. Com ampla e completa cobertura sobre o assunto, *Responsabilidade Social Empresarial e Empresa Sustentável — da Teoria à Prática*, de José Carlos Barbieri e Jorge Emanuel Reis Cajazeira, chega agora à segunda edição, revista e atualizada.

Em dia com as normas ISO 26000, IQNet 10, a última versão do PAS 99 (para sistemas de gestão integrada) e NBR 16001, aprovada na Rio+20, a obra detalha o conceito de responsabilidade social corporativa e discute sua aplicação com toda a profundidade e abrangência necessárias.

Recomendações de leitura, portanto, não faltam. Os prefácios são assinados pelo empresário e recém-eleito vereador por São Paulo, Ricardo Young, e pelo coordenador geral da Secretaria Executiva da Rede Nossa São Paulo, Oded Grajew. (Fábio Congiu)

Responsabilidade Social Empresarial e Empresa Sustentável — da Teoria à Prática

José Carlos Barbieri
e Jorge Emanuel Reis Cajazeira
Editora Saraiva, 254 págs.
R\$ 64,00